



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Assessoria Técnica - SUPEL-ASSEJUR

Informação nº 27/2019/SUPEL-ASSEJUR

Referência: Processo administrativo 0015.027401/2019-66 - Pregão Eletrônico nº 128/2019/KAPPA/SUPEL/RO

Procedência: Equipe de Licitações KAPPA

Interessado: Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON

Objeto: Aquisição de PROJETOR MULTIMÍDIA para atender às necessidades da Gerência de Defesa Sanitária Animal - GDSA da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON

Valor estimado: R\$ 156.187,18 (cento e cinquenta e seis mil cento e oitenta e sete reais e dezoito centavos)

1. Cuidam os autos de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço por item. Tem por objeto a aquisição de PROJETOR MULTIMÍDIA para atender às necessidades da Gerência de Defesa Sanitária Animal - GDSA da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON
2. No dia 08 de maio de 2019 foi realizado o Pregão nº 128/2019, onde a recorrente **3D PROJETOS ASSESSORIA EM INFORMATICA LTDA-EPP**, inconformada com a decisão do Pregoeiro que classificou a proposta da recorrida **TOP MIX COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI**, apresentou recurso administrativo (7014897), com fundamento no art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 26 do Decreto Estadual nº 12.205/06.
3. A recorrida **TOP MIX COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI** apresentou contrarrazões (7014950).
4. O Pregoeiro julgou pela **PROCEDÊNCIA** do recurso interposto pela recorrente **3D PROJETOS ASSESSORIA EM INFORMATICA LTDA-EPP**, reformando a sua decisão e desclassificando a proposta da recorrida para o item 1.
5. Pois bem, passa-se a análise.
6. Desde logo, cabe enfatizar que a presente análise se restringe ao caráter jurídico dos recursos administrativos ora submetido a exame, não sendo considerados os aspectos técnicos ou econômicos da avença, ou de conveniência e oportunidade, cujo ônus recai sobre a Autoridade Competente.
7. Também não se está aqui analisando o processo administrativo na sua inteireza, mas apenas naquilo que concerne aos seus aspectos jurídicos dos recursos administrativos, em face da presunção de legitimidade e de veracidade dos atos administrativos.
8. A recorrente apresentou recurso administrativo aduzindo que a proposta da recorrida não estava em total cumprimento com as especificações técnicas descritas no edital.
9. Afirma que o equipamento ofertado pela recorrida -ACER X1223- não "*atende 6000 horas em modo normal, relação de zoom de 1.0 a 1.2x e não faz 3.600 lumens para luz colorida.*".

10. Aduz ainda que também não atende quanto ao *"tipo de tecnologia de projeção emissão de luz BRANCA/COLORIDA), haja vista que, conforme site do fabricante ACER, o referido projetor possui tecnologia DLP, tecnologia essa que não possui a emissão de luz COLORIDA a 3600 lumens"*.
11. Em suas contrarrazões (7014950) a recorrida argumenta que o *"sistema de Projeção do Aparelho Acer X1223 (DLP), conforme solicita o Termo de Referência do Edital, atinge 3.600 lumens tanto para luz colorida como para luz branca, estando em conformidade com o selo de qualidade ISO 21118."*
12. Em relação as 6.000 horas, a recorrida aduz que *"Segundo informações do Fabricante Acer, a lâmpada do Acer X1223 pode ter sua regulagem aferida para executar seus trabalhos em modo normal com 6.000 horas, econômico 10.000 horas e ainda possui uma ferramenta extra opcional de modo ExtremeEco, que atende até 15.000 horas."*
13. No que concerne ao zoom a recorrida afirma que os requisitos estão de acordo com o edital conforme manual do utilizador e por fim alega que em sua proposta comercial contempla adaptador Wireless compatível com o produto ofertado.
14. Recebido o recurso administrativo, os autos foram encaminhados a equipe técnica do IDARON-COTIC, tendo em vista a *expertise* dos servidores daquela secretaria em razão do objeto da licitação.
15. Nesse passo, a equipe técnica emitiu despacho (7059777), o qual concluiu que:

Ocorre que conforme pesquisa na internet através de Manual Detalhado do Produto (https://www.projectorcentral.com/pdf/projector_manual_10287.pdf) ofertado pela empresa "TOP MIX COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI - EPP" vendedora do Item 1 em questionamento, constamos que o referido item não atende aos seguintes requisitos:

1. Pedido via Termo de Referência: "Vida útil de 6.000 horas para uso no modo normal e 10.000 horas em modo econômico.";
1. Apresentado pelo Equipamento ACER X1223H "5.000 horas para uso modo normal, 10.000 horas em modo econômico e 15.000 horas em modo Extreme Eco".
2. Pedido via Termo de Referência: "Fluxo luminoso de 3.600 lúmens para luz branca e 3.600 lumens para luz colorida";
2. Apresentado pelo Equipamento ACER X1223H: "não consta a luminosidade de 3.600 ansi lumens para luz colorida em lugar algum".
3. Pedido via Termo de Referência: "Relação de Zoom: 1.0-1.2.";
3. Apresentado pelo Equipamento ACER X1223H: "Digital zoom 0.8 – 2 X".
4. Pedido via Termo de Referência: "módulo de LAN sem fio";
4. Apresentado pelo Equipamento ACER X1223H: "consta WirelessHD dongle kit (MWIHD1) (Optional)" ou seja, não é parte acompanhante do equipamento.

Diante do requerido interposto pela empresa 3D PROJETOS ASSESSORIA EM INFORMATICA LTDA – EPP, vimos acatar os itens (1 e 4), sendo que as demais alegações, itens (2 e 3) estão contempladas no projetor em questão, porém como o objeto de compra em questão tem que atender a todos os itens (no mínimo) do referido Termo de Referência e Edital de Pregão de Preços supra citado, vimos por meio deste acatar a alegação dos itens (1 e 4) .

16. Como se vê, a Recorrida não atendeu todas as exigências editalícias, assistindo razão à Recorrente.
17. Sabe-se que é dever da Administração zelar pela segurança e pela regularidade das ações administrativas, a fim de que não reste qualquer prejuízo à consecução do objeto contratado e, tampouco, restem feridos os direitos dos demais licitantes, de acordo com os princípios da Isonomia e da Vinculação ao Instrumento Convocatório.
18. De acordo com o art. 41, da Lei nº 8.666/93, *"a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada"*.

19. Sobre o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, colacionamos o entendimento do TRF da 4ª Região:

ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO.

1. A observância do princípio da vinculação ao edital de licitação é medida que se impõe, interpretado este como um todo, de forma sistemática. Desta maneira, os requisitos estabelecidos nas regras editalícias devem ser cumpridos fielmente, sob pena de inabilitação do concorrente, nos termos do art. 43, inciso IV, da Lei nº 8666/93. (TRF-4 - AG: 50132325420144040000 5013232-54.2014.404.0000, Relator: Fernando Quadros da Silva, Data de Julgamento: 20/08/2014, Terceira Turma, Data de Publicação: D.E. 21/08/2014).

20. Desta forma, cabe a Administração o reexame dos atos do processo e ainda obediência ao princípio da autotutela administrativa, pois assim é a lição de José dos Santos Carvalho Filho:

“A autotutela envolve dois aspectos quanto à atuação administrativa: 1) aspectos de legalidade, em relação aos quais a Administração, de ofício, procede à revisão de atos ilegais; e 2) aspectos de mérito, em que reexamina atos anteriores quanto à conveniência e oportunidade de sua manutenção ou desfazimento”. (p. 25).

21. Em apertada síntese, a autotutela abrange o poder de anular, convalidar e, ainda, o poder de revogar atos administrativos, estando expressa no art. 53 da Lei nº 9.784/99, art. 14 da Lei Estadual 3.830/2016, assim como na Súmula nº 473 do STF:

Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 14. A Administração Pública Estadual deve invalidar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade respeitados os direitos adquiridos, sempre assegurando a ampla defesa e o contraditório.

Súmula 473 do STF. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

22. Ante o exposto, tendo por respaldo o despacho da Equipe Técnica do IDARON-COTIC e do princípio da autotutela, opinamos pela manutenção da decisão do Pregoeiro que julgou **PROCEDENTE** o recurso interposto pela recorrente **3D PROJETOS ASSESSORIA EM INFORMATICA LTDA-EPP** para desclassificar a proposta da recorrida **TOP MIX COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI** para o item 01.

23. A decisão foi fundamentada com base no disposto no art. 3º da Lei 8.666/93, que garante a observância do princípio constitucional da legalidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, ao selecionar a proposta que for mais vantajosa para a Administração.

24. O parecer dispensa aprovação do Procurador Geral do Estado, consoante determina o art. 9º, I da Resolução 08/2019/PGE/RO/2019/PGE-GAB.

25. Oportunamente, submeter-se-á o presente recurso à decisão superior, conforme previsto no art. 109, § 4º, da Lei nº 8.666/93, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.

Porto Velho (RO), 15 de agosto de 2019

Marília dos Santos Amaral
Matrícula 300142338

Elida Passos de Almeida
Chefe da Assessoria de Análise Técnica
Em substituição

Lauro Lúcio Lacerda
Procurador do Estado



Documento assinado eletronicamente por **Lauro Lucio Lacerda, Procurador do Estado**, em 16/08/2019, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elida Passos de Almeida França, Chefe de Unidade**, em 16/08/2019, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marília dos Santos Amaral, Assessor(a)**, em 16/08/2019, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **7280909** e o código CRC **CE1BB402**.